

# Relatório de acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do SICAD (2016)

**Abril de 2017**

## ÍNDICE

I.	NOTA INTRODUTÓRIA .....	3
II.	AVALIAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS .....	4
III.	AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO .....	5
IV.	RECOMENDAÇÕES E ACTUALIZAÇÕES .....	7

## I. Nota introdutória

Na sequência da **Recomendação nº1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC)**, publicada na 2ª série do Diário da República nº 140, de 22 de julho de 2009, o SICAD aprovou o seu Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e manteve o acompanhamento sobre a sua execução e análise.

Da análise realizada no âmbito do primeiro relatório de execução das medidas, o SICAD fez recomendações e propostas de reformulação que levaram a uma revisão do PPRIC de 2016-2017, tendo-se identificado devidamente todos os responsáveis pela execução das medidas previstas.

A reformulação do PPRIC ( 2016-2017), teve ainda em consideração a **Recomendação de 1 de Julho de 2015, do CPC** e as devidas actualizações quanto aos Recursos Humanos e Financeiros do SICAD, bem como as alterações na sua organização e estrutura interna que implicaram transição de atribuições e competências de umas unidades para outras.

Este relatório de Acompanhamento para além de permitir fazer a análise e leitura da reformulação do PPRIC e suas medidas no combate à corrupção, mostrou ser mais um meio de actuação do SICAD para que continue a pautar a sua conduta de acordo com os compromissos éticos da Administração Pública em geral e os princípios que norteiam a sua Missão, Visão e Valores, enquanto SICAD.

## **II. Avaliação do Plano de Prevenção de Riscos**

O PPRIC do SICAD, ora reformulado, mostrou ser um instrumento de alerta e de prevenção eficaz em toda a actuação do SICAD e das CDT.

A simplificação de algumas medidas transversais e devidamente articuladas entre serviços com responsabilidades partilhadas mostrou uma boa comunicação interna e que os mecanismos de controlo e de prevenção do risco estão devidamente salvaguardados e que são seguros e persuasivos.

As medidas estão inseridas num contexto de cultura organizacional e funcional institucionalizada no serviço, em resultado da implementação de diversos mecanismos/instrumentos de gestão com o objetivo de prevenir situações de risco e manter um controlo interno ativo, nomeadamente através da existência de regulamentos e manuais de procedimentos e plataformas informáticas já existentes, dos quais está prevista informação sobre cada uma das fases dos processos e respetivos procedimentos a considerar por cada área de intervenção, estando claramente previstos e definidos os circuitos a observar pelos profissionais afetos ao SICAD e CDT.

Tais mecanismos de controlo e de gestão para além de terem consolidado comportamentos de ética e profissionalismo, foram essenciais para a não ocorrência do risco de irregularidades durante o novo planeamento e execução do PPRIC.

Da avaliação da implementação e execução das medidas propostas conclui-se que não há necessidade de proceder a qualquer ajuste, por se mostrar devidamente adequado.

Importa, ainda, referir que na análise e balanço do PPRIC, foram também considerados os novos riscos e novas medidas que resultaram do acompanhamento e monitorização do PPRIC, bem como uma síntese sobre os constrangimentos ou dificuldades sentidas na implementação das medidas e execução do plano.

### III. Avaliação das Medidas de Prevenção

Neste capítulo é feito um balanço da implementação das medidas preventivas dos riscos previstos no Plano.

Numa avaliação genérica considera-se que as **medidas preventivas**, previstas no Plano são corretas e adequadas aos riscos previstos, contribuindo a sua definição e implementação para eliminar ou evitar os riscos que foram previamente identificados.

As medidas encontram-se já todas implementadas e em permanente acompanhamento.

As unidades orgânicas através do seu exercício de autoavaliação, avaliaram o seu plano e fizeram uma análise sobre a execução das medidas de prevenção, avaliaram os mecanismos e medidas em implementação, assim como a sua eficácia e adequação face às funções exercidas, tendo as mesmas concluído não existir, no geral, necessidades de alteração, apenas de actualizações no seu acompanhamento.

#### Concluindo :

1. O PPRIC foi adequado e mostra um grau de execução elevado, encontrando-se todas as medidas implementadas quer no SICAD quer nas CDT.
2. Nas CDT não foram identificados novos riscos que importem considerar e relativamente às medidas previstas, apenas foram feitos alguns ajustes e actualizações , nomeadamente através de medidas de substituição que já eram anteriormente seguidas, não existindo necessidade de outras alterações, excetuando casos pontuais em virtude da implementação de outros mecanismos, como a implementação do relógio de ponto nas CDT e aplicações informáticas de apoio.
3. Constata-se que a boa execução do plano e as medidas implementadas está relacionada com a gestão integrada dos vários instrumentos e mecanismos existentes que, mitigados com as medidas previstas, foram suficientes para a não ocorrência de qualquer riscos de corrupção ou de infrações conexas.
4. Na sua essência, evidencia-se uma sistematização de medidas de prevenção que já vêm sendo observadas desde há vários anos, traduzindo as medidas adotadas, por grandes áreas, um forte incremento a nível de Interiorização e aplicação das mesmas.
5. Salienta-se ainda que a atividade desenvolvida pelo SICAD assenta em **plataformas e sistemas de informação que permitem um efetivo controlo interno**, entre outros:
  - **SIADAP – GEADAP** - sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública
  - **RHV-sistema de gestão de pessoal** - sistema de informação RHV (Recursos Humanos e Vencimentos) responsável pelo processamento de remunerações e gestão de recursos

- humanos em todas as instituições do Serviço Nacional de Saúde e em todas as entidades e serviços do Ministério da Saúde.
- **GERFIP- sistema** de gestão contabilística e financeira e consubstancia a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública.
  - **SIPAF- Sistema Integrado de Programas de Apoio de Financiamento de Projetos** da área da saúde.
  - **SGIP- SISTEMA DE GESTÃO E INFORMAÇÃO PROCESSUAL** tem como finalidade organizar e manter atualizada a informação respeitante aos processos de contraordenação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT), irá apoiar a área da Dissuasão na gestão destes processos, assim como facilitar o fornecimento de dados estatísticos e indicadores de gestão para os Serviços Centrais.
  - **TRACK-IT** – Aplicação para gestão de pedidos de helpdesk, inventário de equipamentos informáticos.
  - **Docbase** – Aplicação para gestão documental e vídeo sicad
  - **SIM** – SISTEMA DE INFORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR – Sistema que agrega toda a informação clínica relativa a cada utente de ambulatório (áreas Médica, Psicologia, Enfermagem, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Nutrição), programas farmacológicos, internamento de desabilitação e internamento em comunidade terapêutica num processo clínico eletrónico do utente contribuindo assim para uma maior qualidade dos cuidados de saúde prestados.
  - Registo e inventário de todos os produtos e bens adquiridos;
  - Aplicações informáticas para controlo do circuito documental e dos processos de trabalho;
  - **Web-time** sistema de controlo de pontualidade, assiduidade e absentismo
6. As **atividades de Contabilidade e Tesouraria** estão cobertas pelo Sistema Informático Contabilístico (GERFIP), pelo Sistema Integrado de Gestão Orçamental (SIGO) e pelo Sistema de Organização do Estado (SOE), disponibilizado pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO).
7. Todo o *software de apoio* tem na sua base os princípios e regras da gestão orçamental, estando implícitos nas suas operações os procedimentos, regras e boas práticas, emanados pelo Ministério das Finanças.
8. As ausências ao serviço e as férias são sempre validadas pelos respetivos superiores hierárquicos. Esta validação é feita eletronicamente através da ferramenta **Webtime**.
9. As aplicações informáticas asseguram as funcionalidades necessárias ao desenvolvimento das atividades inerentes ao enfoque da SICAD, incluindo a satisfação dos deveres de informação associados.
10. Acresce referir que o SICAD é uma **entidade formadora acreditada**, estando as ações/sessões de formação realizadas descritas no relatório de formação anual e plano de actividades.

#### **IV. Recomendações e Actualizações**

No sentido de reforçar a eficácia operacional dos mecanismos existentes e procurar a introdução de outros que continuem a ajudar a prevenir ou mitigar os riscos associados à corrupção e infrações conexas, recomenda-se o seguinte:

1. Manter o Acompanhamento do PPRIC e as actualizações devidas, por via de a eventuais alterações ou mudança de responsáveis, para efeitos de comunicação e responsabilização.
2. Publicar no site do SICAD, e comunicar a todos os profissionais e colaboradores do SICAD e CDTs.

Data: 26 de abril de 2017







REPÚBLICA  
PORTUGUESA

SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL  
DE SAÚDE



SICAD

Serviço de Intervenção nos  
Comportamentos Aditivos  
e nas Dependências

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências  
*General-Directorate for Intervention on Addictive Behaviours and Dependencies*  
Tel: +351 211 119 000 | E-mail: [sicad@sicad.min-saude.pt](mailto:sicad@sicad.min-saude.pt) | [www.sicad.pt](http://www.sicad.pt)  
[twitter.com/sicad\\_portugal](https://twitter.com/sicad_portugal) | [www.facebook.com/SICADPortugal](https://www.facebook.com/SICADPortugal)